

O esclarecimento segundo Immanuel Kant e algumas implicações no contexto da educação contemporânea

The Enlightenment according to Immanuel Kant and some implications in the context of contemporary education

Michel Gustavo de Almeida Silva(1); Eli Vagner Francisco Rodrigues(2)

1 Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, SP, Brasil.

E-mail: professormichelalmeida@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8609-2185>

2 Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, SP, Brasil.

E-mail: eli.vagner@unesp.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6668-1369>

Revista Brasileira de Ensino Superior, Passo Fundo, vol. 6, n. 3, p. 35-48, julho-setembro, 2022 - ISSN 2447-3944

[Recebido: abril 14, 2020; Aceito: abril 22, 2022]

DOI: <https://doi.org/10.18256/2447-3944.2022.v6i3.4032>

Sistema de Avaliação: *Double Blind Peer Review*

Como citar este artigo / How to cite item: [clique aqui! / click here!](#)

Resumo

O artigo pretende apresentar e debater os princípios teóricos do esclarecimento a partir da reflexão de Immanuel Kant sobre a condição do homem moderno desenvolvida no opúsculo: Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento? (1784) bem como refletir sobre a relevância do pensamento kantiano apresentado na referida obra para o século XXI, sobretudo no contexto da educação contemporânea. Pretende-se refletir sobre as relações entre a possibilidade do desenvolvimento da autonomia no ambiente da cultura como produto de mercado, característica da sociedade globalizada.

Palavras-chave: Esclarecimento; educação; autonomia; minoridade; emancipação.

Abstract

This article is about presenting and understanding the theoretical principles of Enlightenment from Immanuel Kant's reflection on the condition of modern man developed in the booklet: Answer to the question: What is Enlightenment? (1784) as well as reflecting on the relevance of Kantian thought presented in the referred work for the 21st century, especially in the context of contemporary education. It is intended to reflect on the relationship between the possibility of developing autonomy in the cultural environment as a market product, characteristic of globalized society.

Keywords: Enlightenment; education; autonomy; minority; emancipation.

1 Introdução

O opúsculo escrito por Kant em 1784, intitulado “Resposta à Pergunta: O que é o Esclarecimento?” está voltada diretamente ao estudo da educação e da formação do ser humano para o uso emancipado da razão. Nesse sentido, é uma obra que ainda interessa a quem se debruça sobre o tema da educação como forma de contraponto ao contexto contemporâneo da cultura, dominado por referências mercadológicas e advindos da cultura de massa. O sentido de emancipação delineado por Kant diz respeito a possibilidade efetiva de contraposição ao universo dos meios de comunicação e da dominação político-publicitária característico dos dias atuais, por meio do exercício da racionalidade crítica.

Kant desenvolve uma reflexão sobre a importância do esclarecimento do ser humano por intermédio do uso crítico da racionalidade, visando a saída de um processo de submissão à tutela de terceiros e da opinião massificada, a partir de conceitos, tais como: esclarecimento, menoridade, liberdade, o uso privado da razão, o uso privado da razão e autonomia¹.

É oportuno notar que os filósofos da modernidade tiveram grande dificuldade em precisar o que é, de fato, a atividade racional, gerando definições controversas sobre o que seria e qual seria a função da racionalidade em função das ações humanas. Kant, no entanto, ao debruçar-se sobre o tema, estabeleceu um vínculo incontornável entre a razão prática e a razão especulativa demarcando exatamente o que, de fato, seria a razão teórica e prática e quais seriam os seus limites.

2 O Esclarecimento e a saída da Menoridade

Acerca dos conceitos Esclarecimento e menoridade, Kant (1985, p. 100) afirma, logo no início do referido texto: “é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo”. Segundo Klein (2009, p. 214):

Esclarecer-se é a tomada de uma determinada posição, de uma postura frente as suas próprias crenças. Antes de aceitar as crenças e as opiniões de outrem, está em jogo o esforço de avaliá-las. Nesse sentido, ser esclarecido não é simplesmente saber de algo, isto é, estar de posse de uma “crença verdadeira justificada”, é preciso que a justificação seja empreendida pelo próprio sujeito.

1 O conceito de autonomia não está explícito no presente opúsculo, entretanto toda a reflexão apresentada por Kant encaminha ao entendimento de que o processo do esclarecimento está relacionado com o desenvolvimento da autonomia intelectual.

Dessa forma, o esclarecimento está relacionado ao pensamento autônomo, no sentido de formular ideias próprias do indivíduo bem como uma visão de mundo autêntica e para Kant, o ser humano só pode ser emancipado e esclarecido e sair da condição de menoridade, da sujeição à tutela intelectual de outrem, da qual se colocou por não fazer o bom uso da racionalidade e da criticidade, se fizer uso do próprio entendimento e sem a tutela alheia.

Segundo Souza (2018, p. 51): “o esclarecimento é um ato reflexivo, um ato do indivíduo racional que se volta para si mesmo”. Ou seja, o esclarecimento é o movimento racional de autoconhecimento, pelo qual o indivíduo questiona em que consiste o conhecimento, as crenças e ideias que sustentam a sua compreensão da realidade social e as suas escolhas e ações. Para Barros (2016, p. 3) “a ideia kantiana de esclarecimento (*Aufklärung*) requer a compreensão do esforço humano em realizar a árdua passagem entre o desvencilhar-se dos grilhões externamente exposto e o alcance da autonomia racional, que é digna de seu gênero”. A saída da menoridade e o alcance da autonomia racional é um processo árduo, entretanto, de acordo com o autor em questão, é um aspecto que confere uma noção de dignidade à humanidade. De acordo com Barcelos (2019, p. 7):

Esclarecimento é uma noção ambivalente que se refere tanto ao indivíduo (dimensão subjetiva) quanto a uma época (dimensão objetiva). Esclarecimento implica necessariamente dois aspectos: o primeiro diz respeito a um determinado modo de pensar e o segundo diz respeito a uma disposição de fazer uso público da razão. Não é uma condição, mas processo que pressupõe transformação no método de pensar e não necessariamente no conteúdo do pensamento com vistas ao exercício do pensamento autônomo em sentido moral.

Destarte, Barcelos entende que para Kant o esclarecimento ao mesmo tempo em que é um processo individual também está atrelado ao coletivo e envolve um certo modo de pensar: o pensamento crítico e o uso público da razão como atividade intelectual perante cidadãos/ãs livres pensadores/as e não necessariamente no conteúdo do pensamento propagado.

No entendimento de Wood, (2008, p. 30) “Kant vê o esclarecimento [*Aufklärung*]² como ato de abandono de uma condição de imaturidade, na qual a inteligência da pessoa tem de ser guiada por um outro.” Segundo Bresolin (2013, p.168) para Kant a “Menoridade é, pois, incapacidade de determinar a máxima do próprio agir, deixando

2 De acordo Möller (2014, p. 27-28) “O opúsculo kantiano em questão recebeu para o português ao menos duas versões tradicionais. Uma traduz *Aufklärung* por ilustração ou iluminismo, e outra a traduz por esclarecimento.”

que as causas estrangeiras (emoções, sentimentos, paixões e ideias alheias) influenciem de maneira heterônoma no agir.” Para Kahlmeyer-Mertens (2012, p. 224):

Kant entende por menoridade não uma limitação etária às capacidades jurídicas de gozo de um indivíduo, este sentido de menoridade, própria à criança ou aos indivíduos em formação, difere de uma menoridade auto imputável, que faz com que os indivíduos se tornem incapazes de se orientar pela razão conduzindo seus atos; ou seja, de um agir não autônomo, não emancipado.

A menoridade, que não está relacionada a capacidade jurídica de gozo de um indivíduo como cidadão, é o período de imaturidade intelectual do ser humano, na qual o indivíduo não usa a razão como princípio determinador do agir, é a consequência imediata do não uso do próprio entendimento, é a não autonomia.

De acordo com Abbagnano (1998, p. 97), o termo autonomia é “introduzido por Kant para designar a independência da vontade em relação a qualquer desejo ou objeto de desejo e a sua capacidade de determinar-se em conformidade com a lei própria, que é a da razão”. Segundo Bressolini (2013, p. 169):

A autonomia demonstra que o homem tem a capacidade (Vermögen), de ser dono de si, livre de toda dependência diferente da razão. Dessa forma, ser moral é ser autônomo, ou seja, para uma ação revestir-se de valor moral precisa ser racionalmente determinada.

A partir dessas perspectivas, pode-se pensar que o ser humano menor não tem autonomia porque a sua vontade não é independente e nem age ou pensa de forma autodeterminada de acordo com os princípios da razão esclarecida. O filósofo alemão aponta duas causas para a menoridade.

A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma parte tão grande dos homens, libertos há muito pela natureza de toda tutela alheia (naturaliter majorennnes), comprazem-se em permanecer por toda sua vida menores; e é por isso que é tão fácil a outros instituírem-se seus tutores. (KANT, 1985, p. 100).

No entendimento do filósofo, o ser humano que não “ousa saber”³ e que, por preguiça e covardia de fazer uso autônomo da racionalidade, aderiu a menoridade por comodismo e tem como propósito vitalício permanecer nela e se compraz da tutela alheia. O ser humano que se encontra nessa situação existencial também não sente a

3 Kant usa o termo *Sapere Aude*, uma expressão latina que significa ousar saber.

necessidade de formular um projeto pessoal de cunho próprio, tampouco de dar um caráter de autenticidade aos pensamentos e escolhas e por isso e não busca alternativas pessoais para o encaminhamento da própria existência e em alguns casos, a vida do outro é mais interessante do que a do indivíduo.

Segundo Barros (2016, p. 1) “a menoridade é uma culpa direcionada ao próprio indivíduo, pois refere-se à inconformabilidade na qual ele se insere quando se ausenta da autonomia de suas reflexões”. Esse pensamento corrobora com a perspectiva de Souza (2018, p. 51): “é perceptível que quem precisa sair do estado de menoridade é o próprio sujeito; é o indivíduo que precisa se libertar da ignorância. Se não o faz, segundo Kant, ele mesmo é o culpado”.

O homem no estágio de menoridade é culpado pela sua menoridade e não deseja a liberdade intelectual, uma vez que isso acarretaria a desvinculação da posição cômoda de sujeição a tutela alheia e a assunção da responsabilidade sobre a argumentação, ideias autônomas e a defesa dessas perante o público e da tomada de decisões pessoais a partir do uso próprio do entendimento. De acordo com Kant (1985, p. 100-102):

É tão cômodo ser menor. Se tenho um livro que faz as vezes de meu entendimento, um diretor espiritual que por mim tem consciência, um médico que por mim decide a respeito de minha dieta etc., então não preciso esforçar-me eu mesmo. Não tenho necessidade de pensar, quando posso simples mente pagar; outros se encarregarão em meu lugar dos negócios desagradáveis.

A permanência na menoridade, quase uma natureza para alguns, é algo que fascina o ser humano que não faz uso da própria razão, pois a comodidade de não precisar se esforçar com o bom uso da racionalidade coloca-se como um permanente convite à inércia intelectual, fazendo o indivíduo delegar à terceiros a função de pensar e a responsabilidade de pensar por si mesmo. Segundo Barros (2016, p. 2) tal situação de vida

[...] é agradável, pois o indivíduo que se submete a ele não tem a necessidade de exercer seus esforços racionais para compreender o meio em que está inserido; sua realidade é então examinada por meio de métodos, fórmulas ou preceitos alheios à sua racionalidade.

3 Sociedade moderna e minoridade

A sociedade moderna também tem a sua parcela de responsabilidade pela menoridade do indivíduo, com as suas instituições sociais, tais como: mídia, família, Estado, religião, escola, pois muitas vezes reforçam a massificação dos indivíduos e os

induzem a renunciar a capacidade de raciocinar por si mesmo. Essa perspectiva em relação a tendência social do não-esclarecimento é denunciada por Kant (1985, p. 104) no seguinte trecho:

Ouçó, agora, porém, excluir de todos os lados: não raciocineis! O oficial diz: não raciocineis, mas exercitai-vos! O financista exclama: não raciocinei, mas pagai! O sacerdote proclama: não raciocineis, mas crede! (Um único senhor no mundo diz: raciocinai, tanto quanto quiserdes, e sobre o que quiserdes, mas obedecei!).

Esse fenômeno social de delegação do entendimento à terceiros continua atual, pois com o advento da Indústria Cultural⁴ e da internet, culminando em outro fenômeno: a crença em fake news, levando as pessoas a separarem fatos de ficção. (KAKUTANI, 2018; MARTIN, 2017) e ao negacionismo científico e a polarização política. De acordo com Oliveira e Konzen (2018, p. 291)

O Esclarecimento é considerado, por Kant, como o processo necessário ao ser humano para se emancipar do controle dos diversos tutores em sua vida. Para que possa sair de sua menoridade, ele deve deixar a preguiça e o medo, seus maiores obstáculos rumo à autonomia.

Essa situação humana não é restrita apenas ao contexto de Kant, com o advento da televisão, da internet e das redes sociais surgiram novos tutores, dessa forma, atualmente é tão comum observar pessoas que deixam de tomar decisões pessoais importantes por causa da opinião de líderes religiosos, enquanto outras preferem o saber descontextualizado e fragmentado de um *youtuber* ao invés de ler a obra do autor original, e muitas outras postam nas redes sociais frases de conteúdo filosófico sem refletir filosoficamente sobre o mesmo.

As celebridades dão a tônica de como as demais pessoas têm que viver a sua vida, o selo de qualidade é o sucesso material e os holofotes da fama e não o conhecimento que realmente faça a diferença na vida das pessoas. A lógica do teatro da mídia (e dos empresários que a patrocinam) é manter a multidão na plateia, vivendo na impessoalidade e não no palco, exercendo o papel principal da vida pessoal. Não é o

4 Theodor Adorno (1903-1969), filósofo alemão, um dos membros da Escola de Frankfurt, instituto criado com o objetivo de realizar análise crítica sobre a sociedade capitalista, é ao lado de Max Horkheimer, um dos autores dos conceitos: Indústria cultural e cultura de massa. Esses conceitos que estão correlacionados, são abordados na obra: Dialética do Iluminismo. A Indústria Cultural corresponde ao processo de transformação da cultura em mercadoria e cultura de massa e a cultura de massa define-se por toda cultura veiculada pelos meios de comunicação de massa sendo direcionada e produzida para ser consumo massivo da sociedade.

raciocínio do indivíduo que importa, e sim a adesão e o conformismo do indivíduo em relação ao bombardeio cotidiano de informações que não são necessariamente conhecimento, promovido pelos meios de comunicação, a indústria cultural. (Adorno, 1999). No entendimento de Adorno (1999, p. 8) a indústria cultural “impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente”.

De maneira geral, o jornalismo atual parece adotar uma postura de encaminhamento de relatório policiaisco em relação aos fatos do cotidiano e as notícias, apontando milimetricamente cada detalhe do acontecimento como se ele fosse fonte de conhecimento, quando na verdade é apenas mais um conjunto de informações que logo serão esquecidas sem sequer virarem produto de reflexão para o indivíduo. O que importa é o espetáculo, o jogo de emoções com o informado e, sobretudo o consumismo e a inércia social.

A mídia é quase onipresente e compete com os intelectuais e a educação escolar na formação da sociedade e diuturnamente potencializa a emoção, a irracionalidade e cria necessidades escusas, desviando o indivíduo do uso do seu próprio entendimento. Em tempos de virtualização da realidade social, os meios: democratização do saber e o acesso livre à cultura virtual pode não justificar certos fins: gerar cliques e lucros ou oferecer dados sigilosos para empresas ou governos.

A sociedade contemporânea é determinada pelo viés tecnológico, em especial pelo fator virtual produzido pela internet e através da plataforma Google, é possível pesquisar sobre qualquer assunto, de forma global e de forma instantânea, bastando alguns cliques e em uma velocidade, jamais imaginada no contexto de Kant, entretanto o compartilhamento de conhecimento não é garantia de emancipação dos indivíduos e nem da sociedade vigente.

A midiatização do saber gerada pelo componente virtual não tem produzido emancipação, pois não visa a criticidade e sim a naturalização de certas ideologias, ao contrário, tem potencializado o surgimento de pessoas que não fazem bom uso da razão e, ao invés, de tomar as rédeas da própria vida, resolvem viver a vida de forma impessoal, à guisa da tutela dos outros, vivem a vida inautêntica (HEIDEGGER, 1979), inseridos em um cotidiano, onde, “apreciamos aquilo que a gente aprecia; lemos, vemos e pensamos sobre literatura e arte, como a gente vê e pensa; achamos revoltante aquilo que a gente acha que é revoltante” Heidegger, 1979, p. 114).

Esses ditames sociais parecem ser inerentes à sociedade moderna capitalista que tem o mercado e as suas regras de relacionamento econômico e social, como o principal elemento que coloca em movimento as engrenagens sociais e tem como lógica; o lucro e a exploração. Nesse sentido, é necessário, nesta divisão social do trabalho, colocar cada cidadão em determinado espaço social, ocupando certo papel social na estrutura econômica. O que extrapola o universo da estratificação social é o fato de que todos

os agentes sociais são consumidores de produtos de diversas naturezas. Entre estes produtos encontram-se, agora devidamente comercializados, os produtos culturais e a própria arte, (BENJAMIN, 1994).

Desse modo, tudo passa ser mercadoria e objeto de consumismo e para quem está no poder não é interessante ter um povo que tem autonomia intelectual. O não uso da razão em busca do *Aufklärung* implica na sujeição da intelectualidade do indivíduo às ideologias dominantes da sociedade vigente. Quem detém o pensamento crítico e faz bom uso da racionalidade também é livre e autônomo para escolher aquilo que deve fazer parte do projeto de vida e não compartilha de muitas ideias pré-estabelecidas, como por exemplo, existem várias leis irracionais que cumprem meramente a funcionabilidade de potencializar a grande burocracia moderna, há dogmas absurdos em todas as religiões, em síntese para garantir a manutenção do *status quo* que não promove o esclarecimento geral, o povo é manipulado de diversas formas.

4 A liberdade e o uso público da razão como molas propulsoras do Esclarecimento

Kant defende uma visão otimista da humanidade⁵, pois pensava que o esclarecimento público era possível se a liberdade fosse de fato alcançada. De acordo com o filósofo, o processo de racionalização do ocidente, iniciado pelos renascentistas e cientistas e publicitado também por René Descartes, é um processo que representava a evolução da sociedade, e o esclarecimento seria um processo social, isto é gestado na própria sociedade.

Kant compreendeu, em seu contexto histórico, que o ser humano, apesar de não ser a época do esclarecimento, estava apto para raciocinar sobre a própria racionalidade, tendo a como objeto de reflexão filosófica, inclusive atingindo a compreensão de que o nosso conhecimento é limitado pela experiência, mas sobretudo para compreender o próprio processo do Esclarecimento. A liberdade seria, assim, a condição essencial para que a humanidade siga o curso com destino ao Esclarecimento.

Segundo Oliveira e Konzen (2018, p. 263) “a busca pelo Esclarecimento é a busca pelo conhecimento, pela racionalidade, pela liberdade; é buscar entender e usar esse entendimento para basear suas ações; agir de acordo com o caráter”. A sociedade esclarecida, para Kant, é aquela na qual cada indivíduo é autônomo, possuidor de vontade livre e capaz de viver a vida pautada nos valores humanos positivos e regrada pelo bom uso da razão. O bom uso da razão teria um papel de combate a limitação da liberdade.

5 Ressaltamos, aqui, que essa confiança kantiana no poder de esclarecimento, não necessariamente lhe confere a crença de que a sua época era pessoas esclarecidas. O próprio autor afirma na referida obra: “Se for feita a pergunta: vivemos em uma época esclarecida? A resposta será, não vivemos em uma época de esclarecimento.” (KANT, 1985, p. 112).

5 Uso público e uso privado da razão

De acordo com Kant, há dois tipos de uso para a razão: o privado e o público. O que significa fazer um uso público e privado da razão? Sobre o uso da razão pública Kant (1985, p. 104) afirma: “entendo por uso público da razão o que fazemos enquanto sábios para o conjunto do público que lê”. Segundo Barros (2016, p.3):

O filósofo afirma que o uso público da razão é aquele feito por meio de uma discussão relacionada a um tema sob um aspecto mais acadêmico ou literário, com o chamado “público letrado”, como a publicação impressa de um tratado, um ensaio ou um artigo.

Quando o indivíduo faz uso público da razão, não se porta como apenas um funcionário público, um burocrata do Estado, mas, como um cidadão livre e crítico capaz de discutir livremente sobre quaisquer assuntos e até mesmo questionar a legitimidade das ordens que recebe do Estado. O filósofo também compreende que o seu uso deve ser pautado no diálogo autônomo e para um público letrado capaz de fazer uso crítico da racionalidade e “somente ele pode difundir o Esclarecimento entre os homens”.

Segundo Kant (1985, p. 104) o “uso privado aquele que se é autorizado a fazer de sua razão em um certo posto civil ou em uma função da qual somos encarregados”. Nesse sentido, o uso privado da razão está voltado para o cumprimento das exigências do exercício profissional, sem necessariamente precisar de argumentação e não exige reflexão crítica do público. “O uso privado da razão é em sua maioria limitado, porque ninguém designado a certo cargo ou função, particular ou pública, poderá estipular questionamentos ou preceitos que contrariem tudo aquilo que deve executar no exercício de suas funções.” (BARROS, 2016, p. 3).

Conforme frisa Kahlmeyer-Mertens (2012, p. 227): “O fazer bom uso público da razão significa agir em conformidade com as circunstâncias e poder refletir criticamente sobre elas”. Enquanto o uso da razão privada é a mera apresentação de fatores ou qualidades de certo ofício perante o público, o uso público da razão visa para apresentar um pensamento crítico e pautado na autonomia intelectual perante a sociedade com o intuito de fomentar o debate e estimular a criticidade do público.

Para explicar tais requisitos da razão, Kant cita o exemplo do padre que, enquanto funcionário da igreja, não é livre e deverá apresentar ao público, os elementos pelos quais a profissão exige, sem questionar a instituição ou apresentar as incoerências na crença religiosa da qual compartilha e expõe publicamente.

Entretanto, enquanto homem público, erudito e pode fazer uso público da razão e através da sua produção textual e para um público mais amplo, apontar as possíveis falhas do fenômeno religioso de modo crítico e contribuir, através do seu ponto de

vista, para que o público possa ter um olhar mais crítico sobre a Religião enquanto sistema de crença e instituição social. De acordo com Klein (2009, p. 214):

O uso público da razão é contraposto ao uso privado, sendo que somente o primeiro se apresenta como necessário para fomentar o esclarecimento, ou seja, o uso privado da razão pode ser restringido sem afetar o esclarecimento, seja dos indivíduos, seja da sociedade.

Sendo assim, para Kant o Esclarecimento é um convite a reflexão autônoma do ser humano e o livre pensamento, e a exigência da liberdade do ser humano fazer uso público da razão em todos os sentidos, elementos que seriam possibilitadores da emancipação humana.

5 Considerações finais

Levando em consideração o exposto e sem a pretensão de esgotar a temática em questão, aproveitando o fator de sermos partícipes e, de certa forma criadores e criaturas das duas décadas do Séc. XXI que nos deu o ganho histórico dos ataques às Torres Gêmeas e ao Pentágono, o símbolo militar da nação mais poderosa e rica do planeta, ataques esses desenvolvidos a partir do fanatismo religioso ou do uso da crença religiosa para fins escusos, da não emancipação em relação aos lados escusos da Religião, como frisou Kant (1985) que a matéria religiosa é o ponto principal do Esclarecimento, alegando que, no campo científico e artístico, os tutores não teriam interesse em manipular os não-esclarecidos.

Tal fato histórico do Séc. XXI, posterior ao século de duas Guerras Mundiais, do Nazismo, do Fascismo, de Auschwitz, a Guerra Fria, do Muro de Berlim, dos massacres de milhões de pessoas em guerras espalhadas pelos quatro cantos do mundo, o lançamento de bombas atômicas pelos norte-americanos nas cidades japonesas: Hiroshima e Nagasaki, as ditaduras da América Latina e a militar, no Brasil, evidenciam outro fenômeno humano; o uso da Ciência e tecnologia para materializar o Genocídio e a barbárie.

Kant apesar de acreditar no potencial da racionalidade humana, não tinha uma visão antropológica totalmente otimista sobre a humanidade, chegando a não conferir a possibilidade de esclarecimento às mulheres, “a imensa maioria da humanidade (inclusive todo belo sexo) considera a passagem a maioridade difícil e além do mais perigosa, porque aqueles tutores de bom grado tomaram a supervisão delas” (KANT, 1985, p. 102) e a salientar que o Esclarecimento não ocorreria no seu contexto.

O Esclarecimento é, em síntese, a possibilidade de o indivíduo fazer uso do próprio entendimento através do uso público da razão. De fato, dois séculos e trinta

e seis anos depois da publicação da obra em questão, pode-se afirmar que a mesma razão que promove a emancipação humana, inclusive a emancipação feminina, a criação da Organização das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, também pode promover barbárie e a irracionalidade. Pode-se perguntar: o Esclarecimento da humanidade é algo utópico? A razão pode não ser a essência do ser humano? A reflexão sobre a problemática: emancipação humana e a necessidade do uso público da razão iniciada por Kant, continua extremamente atual e aberta.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ADORNO, Theodor W. *Textos Escolhidos*. Os Pensadores. São Paulo: Nova cultural, 1999.
- BARCELOS, Simone de M. V. O conceito de Esclarecimento [Aufklärung] em Immanuel Kant. *REVELLI*, Inhumas Vol. 11. 2019.
- BARROS, Wagner Barbosa de. Kant e a resposta a pergunta: vivemos agora em uma época esclarecida? *Em curso - Revista da Graduação em Filosofia da UFSCar*, São Carlos, v. 3, 2016.
- BENJAMIN. Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. In: *Obras Escolhidas*. Magia e Técnica, Arte e Política. Trad. Br. Sérgio. P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRESOLI, Keberson. Autonomia versus heteronomia: o princípio da moral em Kant e Levinas. *Conjectura: Filos. Educ. Caxias do Sul*, v. 18, n. 3, p. 166-183, set./dez. 2013
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11. ed. Brasília: Editora UnB, 1998. Vol. I.
- DESCARTES, R. *Discurso do método*. Tradução Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2017.
- HEIDEGGER, Martin. *Sein und Zeit*. Tübingen: Max Niemayer Verlag. 1979.
- HOBBSAWM, E. *A era das revoluções*. Trad. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2010.
- KANT, Immanuel. *Resposta à Pergunta: Que é “Esclarecimento” [“Aufklärung”]? ** In: Immanuel Kant Textos Seletos. Edição bilíngue. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- KAHLMEYER-MERTENS, Roberto. Dos usos público e privado da razão segundo Immanuel Kant. *Passages de Paris*, Paris, v. 7, p. 223-231, 2012.
- KAKUTANI, Michiko. *A morte da verdade*. Notas sobre a mentira na era Trump. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.
- KLEIN Joel, Thiago. A resposta kantiana à pergunta: que é Esclarecimento? *Ethic@ Florianópolis* v. 8, 2009.
- MARCONDES, Danilo. Kant e a filosofia crítica. In: MARCONDES, Danilo. *Iniciação a história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 13. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010. p. 207-214.
- MARTIN, Nora. Journalism, the Pressures of Verification and Notions of Post Truth in Civil Society. *Cosmopolitan Civil Societies: An Interdisciplinary Journal*, Australia, v. 9, n. 2, p. 41-55, 2017.
- MELLO, Vico Denis S. de; DONATO, Manuella Riane A. O Pensamento Iluminista e o Desencantamento do Mundo: modernidade e a Revolução Francesa como marco paradigmático. *Revista Crítica Histórica*, Ano II, nº 4, dezembro/2011.

MÖLLER, Mathias Alberto. Esclarecimento e emancipação nos textos políticos de Kant. *Revista Filogênese-UNESP*, Marília, v. 7, nº 2, p. 27- 45, 2014.

NODARI, Paulo César; SAUGO, Fernando. Esclarecimento, Educação e Autonomia em Kant. In: *Conjectura: filosofia e educação*, Caxias do Sul, v. 16, n. 1, set./Dez. 2011, p. 133-167. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/892/615>. Acesso em: 5 nov. 2019.

OLIVEIRA, A, S; KONZEN P, R. O que é Esclarecimento em Immanuel Kant. *Revista Opinião Filosófica*, Porto Alegre, v. 09; nº. 02, p. 263-296, 2018.

SOUZA, Paola Nunes de. Considerações sobre a Aufklärung Kantiana. *Tecnia*, v. 3, n. 1, 2018.

WOOD, Allen W. *Kant*. Porto Alegre: Artmed, 2008.